

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS DIFICULDADES DOS SURDOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DE EPISÓDIOS DE AULA

João Paulo Fernandes Gama de Oliveira <sup>1</sup>  
Fernanda Malinosky Coelho da Rosa <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é uma pesquisa interventiva realizada pelo método de observação dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública de ensino da cidade do Natal no estado do Rio Grande do Norte. O objetivo desse texto é promover diálogos com base nas dificuldades dos alunos surdos em seu processo de aprendizagem referente ao ensino da Educação Ambiental, e uso de métodos didáticos inclusivos dos educadores no âmbito escolar. Realizou-se uma investigação qualitativa e de observação, na qual analisou a interação entre professor e aluno em sala mediante convívio diário. Em dois episódios dividiu-se relatos ocorridos mediante observações, que positivamente são discutidos para realização de análises conclusivas e fundamentais para o constante desenvolvimentos, visto que a falta de conhecimento ou preparo específico para as atividades são divergentes na atuação profissional. Constatou-se a importância da inclusão no sistema de forma interdisciplinar, para que se possa implementar diferentes didáticas em sala, e promover a conscientização social entre todos envolvidos.

**Palavras-chave:** Surdez, Inclusão, interdisciplinaridade.

### INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é um recurso didático que visa desenvolver a conscientização das pessoas no âmbito social, que gera fortes reflexões acerca de seus fatores positivos e negativos devido problemas existenciais referentes a conservação e desmatamento. E para que ocorra a melhoria e disseminação do conhecimento do assunto é necessário a unificação das pessoas no mesmo contexto social inclusivo. Leff (2002) relata que “O saber ambiental impulsionou novas aproximações holísticas e a busca de métodos interdisciplinares capazes de integrar a percepção fracionada da realidade que nos legou o desenvolvimento das ciências modernas” (p. 165).

Assim, de forma interdisciplinar a Educação Ambiental visa adequar o currículo escolar e também a inclusão de todos os indivíduos, sem distinção, no processo de aprendizagem e na

---

<sup>1</sup> Pós Graduado em Educação Inclusiva com Ênfase em Libras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, [fernandesgamaoliveira@gmail.com](mailto:fernandesgamaoliveira@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora em Educação Matemática com especialização em Educação Especial. Professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, [fernanda.malinosky@ufms.br](mailto:fernanda.malinosky@ufms.br);



conscientização em atividades desta temática, conforme preconizam leis e bases curriculares vigentes. Sobre a questão da inclusão, Quadros (2003) diz:

Ser diferente e as consequências implicadas nestas diferenças é que devem ser matéria de reflexão e análise ao se pensar em educação para todos. A proposta aqui é de se pensar em uma educação possível para surdos considerando as peculiaridades das experiências visuais-espaciais. Educação para todos, então, passa a ser entendida como a educação que reconhece as diferenças (p. 88).

Contudo, a presença da pluralidade é fator primordial no processo de inclusão e nas possíveis propostas no espaço educacional, respeitando o conhecimento e a valorização individual de cada pessoa. Situação essa identificada em específico no surdo, nosso foco neste artigo, que possui uma barreira de comunicação que, às vezes, limitam vivências e a aquisição de conhecimentos em determinados assuntos. Sendo a escola o principal envolvimento influenciador nas práticas pedagógicas com base na diversidade cultural, social e acadêmica. Portanto, “permitir a interação social do aluno em situação de inclusão é permitir-lhe o acesso à cultura e à cidadania” (BERBAT; ZAPPAROLI, 2013, p. 12).

Nesta perspectiva, este artigo é o desenvolvimento de uma pesquisa interventiva realizada durante um estágio extracurricular de quatro meses, com base em observações diárias, conforme será relatado a seguir. No que segue apresentaremos análises de dois episódios ocorridos em aula sobre Educação Ambiental.

## **METODOLOGIA**

O respectivo estudo fundamenta-se como pesquisa qualitativa e de observação em uma sala de aula de 5º ano do ensino fundamental que contempla total de 20 alunos, da rede pública municipal de ensino em Natal, no Rio Grande do Norte. Mediante vivência em sala de aula durante estágio extracurricular voluntário com duração de quatro meses, cujo objetivo foi vivenciar as práticas pedagógicas do professor, para fins de participar nas possíveis e diferentes vivências e identificar possíveis pontos de atenção durante atuação em sala no processo de aprendizagem dos alunos, em específico os surdos.

Dessa forma, o processo de observação foi fundamental para perceber a aprendizagem destes estudantes em temas que envolve a ciência da natureza, Educação Ambiental e correlatos em diferentes contextos de forma interdisciplinar, envolvendo disciplinas diversas. De acordo com Neto (2004, p. 59), a observação participante “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores



sociais em seus próprios contextos”. Por sua vez as análises qualitativas tiveram como base observar professores e alunos acerca da temática ambiental proposta conforme o currículo de ensino que, segundo Minayo (2004, p. 21), “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível e realidade que não pode ser quantificado”. Sendo assim, um método prático, que busca obter resultados finais com objetividade para a pesquisa realizada.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As instituições de ensino são de grande importância para o desenvolvimento dos alunos, dessa forma o processo de aprendizagem e a conscientização fornecem o desenvolvimento e novos saberes. Sendo assim, a prática educacional de forma interdisciplinar busca mistificar diferentes temáticas, as quais a inclusão e Educação Ambiental são saberes preciosos na atualidade na qual estamos inseridos, sobretudo devido à complexidade do assunto, mediante os diferentes âmbitos sociais o tema busca integrar a relação sociedade e natureza.

[...] caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência (Exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: Personalidade, Desenvolvimento Social etc.). Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando um enriquecimento mútuo. (FAZENDA, 2002, p. 41).

A interdisciplinaridade compreende o homem como fator integrante ao meio ambiente com base em suas ações e práticas de conscientização, na qual a visão educacional busca implementar esse processo de forma equitativa mediante a relações naturais e sociais (REIGOTA, 2001).

Dessa forma, acredita-se perante as instituições de ensino que o processo inclusivo implementado aos alunos surdos e demais profissionais será construtivo, pertinente e de grandes avanços no âmbito da pesquisa e prática profissional, visto que tal situação são difíceis de serem discutidas. E que por meio do diálogo, seja possível promover a consciência das pessoas com amplitude em situações adversas naturais, com linguagens que permitam fácil compreensão.

Não se trata de dificuldade intelectual e sim de oportunidade de acesso a uma escola que reconheça às diferenças linguísticas que promova acesso a língua padrão, que no caso dos surdos tenha professores proficientes na língua de sinais, e que permitam a alfabetização na língua, primeira, natural dos surdos. (GESSER, 2009, p. 57).

Assim, as instituições de ensino devem respeitar a inclusão dos alunos surdos visto que é previsto em lei, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Decreto n. 5626/2005 (BRASIL, 1996; 2005). Nessa perspectiva, torna-se desafiador o professor lecionar e desenvolver os processos de alfabetização e letramento, conforme normas e regras exigidas com base no sistema inclusivo. Uma vez que para utilizar a língua de sinais são desenvolvidas técnicas de interatividades entre todos os alunos ou profissionais com base em parâmetros desta língua, movimentos e demais diferenças linguísticas, sendo uma consequência positiva em relação à pluralidade durante o processo construtivo da alfabetização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste artigo optamos por trazer dois episódios de aula, ou seja, dois relatos de situações que ocorreram durante a observação e, a partir, delas traremos discussões de alguns temas pertinentes à educação do surdo.

### Episódio 1:

A professora realizava uma atividade em sala sobre assuntos relacionados a ecologia, no qual foi solicitado aos alunos em grupo, redigirem um relato de no mínimo 10 linhas sobre o tema “A importância do meio ambiente para a sociedade”. Diante do contexto, alguns alunos tiveram dificuldade para realizar a atividade, fazendo questionamentos pertinentes a professora sobre o que foi proposto. Dificuldade em grau elevado para o aluno surdo no qual não compreendeu o que deveria fazer. Sendo possível observar a situação conforme no texto abaixo sendo classificado como episódio I.

P: Turma hoje vamos fazer trabalho em grupo! Será uma redação de no mínimo 10 linhas sobre meio ambiente.

A: Professora, apenas uma pessoa vai escrever o texto? Ou cada componente faz o seu individualmente?

P: Cada aluno faz o seu individual! Alguma dúvida?

A: Sim, professora! Temos no grupo um aluno surdo que não acompanha fazer essa atividade sozinho e precisa de ajuda especial.

P: Bem lembrado! Obrigado pela informação! Vou analisar algum método de avaliação para ele.



A comunicação é primordial no processo de desenvolvimento e de interatividade dos alunos em sala, em específico, para o aluno surdo. Visto que a existência dos problemas cognitivos existenciais, são estímulos para certas dificuldades inseridas no processo de aprendizagem do aluno, uma vez que o mesmo não é enfatizado em português, inúmeras dificuldades estão inseridas como a escrita, comunicação e relacionamento. No qual processos e procedimentos com base em leis e regimentos são suporte para a escola e professores. Com base no episódio I é de extrema importância disseminar a aplicabilidade de direitos e deveres dos cidadãos enquanto aluno em seu processo de inclusão.

A lei nº 9394/96, a LDB em seus artigos 58 nos parágrafos 1º, 2º e 3º e o artigo 59, apresenta os direitos da pessoa com deficiência e especifica as diferentes implementações de caráter especial para os alunos enquadrados na respectiva lei, cuja parceria com a escola o estado tem o compromisso de fixar métodos e práticas pedagógicas com base na inclusão necessária dos educandos, conforme texto:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (p.21).

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (p. 21-22).

No entanto, mesmo com leis e regimentos as dificuldades das instituições públicas no setor da educação têm influência negativa, contribuindo para não inclusão. Todavia percebe-se a falha em determinados momentos sobre os órgãos competentes em não dispor aos profissionais a capacitação necessária para o desenvolvimento educacional específico. Dessa forma a falta de profissionais qualificados e demais profissionais para atuação tem sua referência de abandono ou interesse escasso entre os órgãos envolvidos, refletindo diretamente em seu público-alvo, conforme relato do aluno que diz: “Temos no grupo um aluno surdo que não acompanha fazer essa atividade sozinho e precisa de ajuda especial”. Algumas dificuldades como relacionamentos em se comunicar com os professores e colegas, participar de atividades em sala, ler e escrever são pontos principais do aluno em sala. Neste caso vem à tona a reflexão: que inclusão está sendo promovida? Neste caso, a ajuda que o aluno necessita é para se

comunicar, não é uma barreira cognitiva, mas não há um intérprete em sala de aula.

Em outro contexto do episódio I observa-se as dificuldades dos alunos em elaborar a atividade conforme solicitado pela professora em sala com base no relato inicial. Situação essa recorrente devido à falta de políticas e de exploração sobre tal conteúdo em sala como disciplina curricular na grade acadêmica. Fator esse que ocorre com base na lei n° 9795/99, na qual reconheceu a importância da Educação Ambiental no âmbito educacional, em conjunto conforme artigo 225, inciso VI da constituição Federal de 1988, qual diz que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e não como disciplina.

Assim, os professores necessitam explorar o saber ambiental de forma crítica e positiva nas escolas, visando promover métodos adequados para a disseminação do conhecimento. Como forma de intervir no potencial de crescimento do desenvolvimento social das pessoas sobre sua conduta e importância e explorar seu conteúdo de forma acessível, não limitando-se a explorar o conteúdo nas aulas de ciências ou geografia como ocorre na realidade.

#### Episódio 2:

A professora solicita aos alunos que formem grupos para discutir em sala assuntos relacionados a poluição, porém o aluno surdo não alfabetizado nitidamente passa a impressão de sentir-se constrangido por não saber ler, falar e escrever. A professora conseqüentemente não observou sua necessidade de interagir com os outros alunos, muito menos os métodos inclusivos didáticos previstos.

P: Turma hoje vamos realizar em grupo um fórum de discussão sobre poluição.

A: Como vamos fazer professora? Tem que escrever algo? Ou apenas debater um pouco?

P: Apenas debate para saber o ponto de vista de cada um de vocês sobre o assunto! Alguma sugestão para nossa aula?

A: Tenho uma observação, temos na turma um aluno surdo que não é alfabetizado, não sabe ler, falar e muito menos escrever. E pela expressão dele não está compreendendo nada que está sendo solicitado por você.

P: Com calma vamos achar uma forma de ajudá-lo!

O processo de formação continuada é fundamental no envolvimento entre professor e aluno, no qual políticas inclusivas são implementadas com base nas práticas pedagógicas docente. O despertar em desenvolver afinidade com a inclusão do aluno surdo é adaptado com as didáticas de ensino dos professores, pois uma vez que a turma não disponibilizava de

intérprete, percebesse que o aluno estava apenas integrado e não incluído mediante seus conhecimentos de compreensão entre fala e escrita, conforme relatado ao final do episódio II.

O professor enquanto educador necessita de diferentes formas em analisar a necessidade de cada aluno traçar as dificuldades para com isso elaborar estrategicamente formas didáticas para absorção e entendimento dos assuntos envolventes. Sendo assim, com base nessas premissas, o trabalho realizado pelo profissional em sala foi desenvolvido e aplicado de acordo com os recursos utilizados em benefício para o aluno envolvido. O educador necessita de formações continuadas e, diariamente, em sua prática profissional está preparado para diferentes questões eventuais. Segundo Imbernón (2009):

A formação em atitudes (cognitivistas, afetivas e de conduta) auxilia no desenvolvimento pessoal do professorado, numa profissão em que a fronteira entre o profissional e o pessoal se esvaece. Ajudaria também a melhorar as relações com os companheiros e com o alunado. E a rever as convicções e as crenças sobre a educação e o contexto social, já que as atitudes são processos de pensar, sentir e agir em consonância com os valores que uma pessoa possui. (p. 101-102).

Nessa concepção é importante que o educador tenha domínio dos recursos didáticos utilizados em sala para os alunos, e como provedor referencial da educação e socialização em sala, possa desenvolver a inclusão no ambiente de aprendizagem, e dessa forma evitar qualquer situação de exclusão ou preconceito entre alunos e professores. Assim, a formação desenvolve o professor significativamente para o que se possa atuar conforme seus objetivos e vislumbrar em sala a socialização coletiva do conhecimento e desenvolvimento dos diferentes perfis de alunos com base nas leis atuantes da educação e apoio pedagógico necessário para melhor implementação. Seja na busca de conscientização ambiental ou qualquer outro assunto correlato. Cabe dizer que o docente não é o único responsável pelas situações de inclusão ou exclusão desse público, a comunidade escolar e as secretarias de educação também tem a responsabilidade de ver a necessidade de profissionais, materiais, entre outros, para que uma educação mais inclusiva seja promovida.

Outros desafios mediante dificuldades dos alunos surdos também são encontrados durante seu ciclo educacional, durante o início dos anos escolares e primeiros contatos com ouvintes, que por sua vez passam a integralizar seu convívio social. Conforme início do episódio II identificamos a situação na qual o aluno não tem intérprete para ajudá-lo em sua língua materna (L1) e ele não tinha familiaridade com a Língua Portuguesa, sua segunda língua (L2), dificultando seu convívio na comunidade escolar supracitada. De acordo com Quadros e Schmidt (2006):



A criança pode ter acesso à representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização e à explicitação e construção das referências culturais da comunidade letrada. A tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida, efetivamente a primeira língua (p. 24).

No entanto, é primordial as condutas dos educadores com base nas atividades em sala, desenvolver e trabalhar o processo de alfabetização desses alunos, visto que muitas das vezes a base familiar não está presente no processo de construção e integração dos educandos, sendo esse papel principal em conjunto com professores e intérpretes para que ocorra o desenvolvimento positivo de acessibilidade ao convívio social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos algumas das leis que recomendam a inclusão escolar. Pode-se observar que nelas há a previsão que as escolas devem garantir o acesso aos alunos com deficiência, não negando a matrícula, mas também deve-se ter a garantia da permanência com o Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio ou intérpretes, recursos didáticos, projetos de conscientização da comunidade escolar, entre outros.

Ao observar os episódios conclui-se que as vivências do aluno surdo na escola em questão foi restritiva devido à falta de profissionais capacitados. Assim, é necessário a contratação de profissionais especializados para complementar o ensino, um intérprete e criação de técnicas e métodos para o processo de ensino e de aprendizagem para evitar situações em que o sujeito seja taxado com baixa intelectualidade, o que na verdade era problema na comunicação.

Ainda, o processo de conscientização ambiental nas escolas se torna práticas de ensino inovadoras, promovendo diálogos com diferentes identidades tornando-se um diálogo de saberes e inclusivo. Podemos concluir que o assunto estudado é de extrema relevância e merece cada vez mais atenção da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BERBAT, M. C. ZAPPAROLI K. F. G. Estagiários como mediadores na inclusão em educação. **Revista Nossos Meios**. Instituto IBC, vol. 55, n.03, 2013. p. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/revistas/269-edicao-55-agosto-de-2013>>. Acesso em: 01 set. 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 20 jul.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologias**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 1-5. Disponível em:

<[https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170531150822.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531150822.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2021.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 9-29.

NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 51-66.

QUADROS, R. M. de. **Situando as diferenças na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Ed. Ponto de Vista, Florianópolis, 2003.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.